

# jogo de cacheta online valendo dinheiro

Até meados de julho de 2024, as apostas esportivas careciam de regulamentação no Brasil, enquanto os jogos de azar permaneciam proibidos. A aparente falta de regulamentação impedia, contudo, a proliferação de propagandas veiculadas por sites e plataformas de apostas, majoritariamente sediados no exterior e operando virtualmente para o público brasileiro.

Os jogos de azar têm uma história recente no Brasil, remontando à Era Vargas, quando mais de 70 cassinos operavam legalmente, empregando milhares de pessoas. Contudo, em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu essa prática com a assinatura do decreto-lei 9.215, proibindo jogos de azar no país. Mesmo com tentativas de regulamentação ao longo dos anos, como o projeto de Lei 442/91, a proibição persiste, abrangendo bingos, cassinos e outras atividades dependentes unicamente da sorte.

Com a ascensão vertiginosa do mercado de apostas esportivas online no Brasil, surge a pertinente questão: site de apostas ilegal? Uma investigação aprofundada das normas brasileiras se faz necessária para esclarecer o panorama atual e fornecer informações relevantes aos apostadores e interessados.

Legislação sobre Sites de Apostas no Brasil

A questão central persiste: os sites de apostas ilegais no Brasil? De acordo com a lei 13.756/18, assinada pelo ex-presidente Michel Temer, sites de apostas esportivas virtuais podem operar legalmente no país, desde que estejam registrados e hospedados em território nacional. Contudo, a regulamentação prevista para dois anos após a assinatura da lei ainda não foi implementada, gerando uma lacuna que carece de regras claras para proteger os apostadores e beneficiar o país.

A Carta Magna de 1988 confere à União a competência privativa da regulamentação dos concursos e sorteios de acordo com o artigo 22, inciso XX, e traz a previsão como fonte de receita da previdência social os concursos de prognósticos descritos no artigo 195, inciso III.

Como se trata de um serviço público, como se inferido do Direito Administrativo, a exploração pode ocorrer diretamente pelo poder público, como no caso das milhares de loterias exploradas economicamente pela Caixa Econômica Federal (CEF), como no caso da famosa mega-sena da virada, quina e outros jogos. Também